

ATA N.º 2/2015**Data da reunião ordinária: 20-01-2015****Local: Sala de Reuniões da Câmara Municipal****Início da reunião: 14:30 horas****Términus da reunião: 17:15 horas****A respetiva ordem de trabalhos fica arquivada em pasta anexa à presente ata.****Membros da Câmara Municipal do Entroncamento presentes na reunião:****Presidente:** Jorge Manuel Alves de Faria**Vereadores:**

Ilda Maria Pinto Rodrigues Joaquim
Rui Pedro Dias Gonçalves (em substituição de Maria Isilda Videira Nogueira da Silva Aguincha)
Carlos Manuel Pires Rei Amaro
Mário Eugénio Filipe Duarte (em substituição de José David da Silva Ribeiro, suspensão de mandato por 90 dias)
Carlos Manuel Godinho Matias
Tília dos Santos Nunes

Outras Pessoas:**Responsável pela elaboração da ata:****Nome:** Ana Gertrudes Marques Ramos**Cargo:** Assistente Técnica**Faltas justificadas:****Faltas por justificar:****Resumo diário da Tesouraria: 19-01-2015****Operações Orçamentais: 468.157,71****Operações não Orçamentais: 239.275,19**

ELEITOS LOCAIS

850/15 - SUBSTITUIÇÃO DA VEREADORA SRA. MARIA ISILDA VIDEIRA NOGUEIRA DA SILVA AGUINCHA

- O Exmo. Presidente deu conhecimento da comunicação da Sr.^a Vereadora Maria Isilda Nogueira da Silva Aguincha, sobre o seu impedimento em participar nos trabalhos do Executivo Municipal agendados para o dia de hoje, por força dos trabalhos Parlamentares e do disposto na Lei n.º 7/93, de 1 de março, enquanto deputada na Assembleia da República, eleita pelo círculo eleitoral de Santarém, solicitando a sua substituição ao abrigo do artigo 78.º (ausência inferior a 30 dias) da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro, na redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, foi substituída pelo membro Rui Pedro Dias Gonçalves, conforme comunicação anexa.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

- Não houve intervenção do público.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO

(Artigo 52.º da Lei n.º 75/2013 de 19/9 e art.º 7.º do Regimento da C.M.E.)

O Exmo. Presidente deu início ao “Período de Antes da Ordem do Dia”, tendo sido feitas as seguintes intervenções:

1 – EXMO. PRESIDENTE

a) Leu a informação de Atividades desenvolvidas pelo Executivo, no período de 07 de janeiro de 2015 a 20 de janeiro de 2015:

No dia **07 de janeiro de 2015, estive presente** na reunião do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário no Complexo Ferroviário do Entroncamento.

Ocorreu, **nessa mesma noite**, mais uma iniciativa *Night Runners – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal.

No dia **08 de janeiro de 2015**, de tarde, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** acompanhado da Eng.^a Cláudia Martins e do Veterinário Municipal Dr. Fernando Maia realizaram uma visita ao Canil Intermunicipal.

A, convite do Presidente da Câmara Municipal da Sertã e do Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, a **Vice-Presidente Dr.^a Ilda Joaquim** assistiu, **nessa mesma tarde**, às *Jornadas Técnicas Locais – Reabilitação de Edifícios* no Convento de Santo António, na Sertã. A sessão de encerramento contou com a presença do Secretário de Estado da Administração Local.

Nessa noite, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** esteve presente no concerto de angariação de fundos para a Ilha do Fogo - Cabo Verde, intitulado, *Noite do Fogo*, realizado em Lisboa.

No dia **09 de janeiro de 2015**, realizou-se a **4.ª edição do Ciclo de Tertúlias Temáticas Conversas com Café** subordinada ao tema “*Emprego e Empreendedorismo*”, nas instalações da Biblioteca Municipal. Teve como oradores

o Delegado Regional de Lisboa e Vale do Tejo do IEFP, *Dr. Victor Gil* e a Diretora de Recursos Humanos da Mitsubishi Fuso – Grupo Daimler, e Professora do ensino superior, *Dr.ª Fernanda Aparício*. **Estive presente** conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**. A atualidade do tema suscitou o interesse dos cerca de 50 participantes.

No dia **10 de janeiro de 2015**, realizaram-se as *Cerimónias comemorativas do 66.º aniversário da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento*. **Presidi** à Sessão Solene, onde decorreu a condecoração dos bombeiros distinguidos e promovidos ao longo de 2014. Estiveram igualmente presentes a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e o **Vereador Dr. Carlos Amaro**. Seguidamente ocorreu o tradicional *Desfile das viaturas* pelas ruas da Cidade. Por volta das 17.00 horas, a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim** e a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** estiveram presentes na *inauguração da exposição de fotografia “Vidas Passadas”* da autoria de João Coelho na Galeria Municipal, patente até 22 de janeiro de 2015.

Decorreu, *nessa mesma noite*, no Centro Cultural, a *Cerimónia de entrega de prémios* aos participantes da 4.ª edição do *Concurso “Natal na Cidade”*. Na abertura da Cerimónia, *elogiei* a qualidade dos trabalhos apresentados, a adesão e colaboração de todos os envolvidos, nomeadamente o comércio local, escolas, instituições, clubes e associações do Concelho e as Paróquias da Sagrada Família e de Nossa Senhora de Fátima.

O evento contou com a atuação do *Coro Infantil da Escola Rumo ao Futuro* e o *Coro do Orfeão do Entroncamento* que realizou o tradicional *Concerto de Reis*.

No dia **12 de janeiro de 2015**, de manhã, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, em representação do Município, procedeu à *assinatura do Protocolo de colaboração para o desenvolvimento de atividade socialmente útil* celebrado com o Instituto de Segurança Social I.P. / Centro Distrital de Santarém.

Procedeu igualmente á *assinatura das Cartas de Compromisso* com os respetivos candidatos.

De tarde, ocorreu uma reunião na Sala de Sessões, onde *estive presente* conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim**, **Vereador Dr. Carlos Amaro** e **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, com a *ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte*. O Município do Entroncamento passou a integrar esta associação em parceria com os municípios de Vila Nova da Barquinha, Torres Novas, Tomar, Ourém, Ferreira do Zêzere e Alcanena.

Por volta das 18.30h *desse mesmo dia*, *presidi* ao *Conselho Municipal de Segurança* do Concelho do Entroncamento.

Na manhã do dia **13 de janeiro de 2015**, ocorreu a reunião mensal com os Presidentes das Juntas de Freguesia de São João Batista e Nossa Senhora de Fátima.

Nessa tarde, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes** reuniu-se com o representante da *ACIS – Associação Empresarial de Torres Novas, Entroncamento, Alcanena e Golegã*, para debater a eventual associação dessa entidade na promoção e divulgação do Sarau de Solidariedade aos seus associados.

Seguidamente, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, esteve reunida com os *representantes dos encarregados de educação da Turma 1201 da Escola Básica da*

Zona Verde, onde esclareceram o atual funcionamento da climatização das salas de aulas e as Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC's).

Ainda nesse dia, realizou-se por volta das 18.00h, na Sala de Sessões uma reunião com as *Associações, Clubes e Instituições do nosso Concelho*. Os principais temas abordados foram os seguintes: apoios financeiros; apresentação do protocolo de produção de energia fotovoltaica e participação das entidades no Sarau de Solidariedade a favor da Ilha do Fogo – Cabo Verde que se realizará no próximo dia 01 de fevereiro de 2015.

No seguimento das ações de recolha de canídeos sem chip e/ou sem vacinas que vagueiam pela Cidade, a Câmara Municipal em colaboração com Canil Intermunicipal efetuou no dia **14 de janeiro de 2015**, mais uma captura de canídeos errantes, no Bairro Frederico Ulrich.

Nesse mesmo dia, **estive presente** na reunião do Conselho de Administração da Fundação do Museu Nacional Ferroviário no Complexo Ferroviário do Entroncamento.

Ainda nessa manhã, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, acompanhou a visita do Médico do Trabalho Dr. Luís Gregório e Enfermeira Mónica às *instalações do Edifício dos Paços do Concelho*. A referida visita pretende conhecer os componentes materiais dos locais de trabalho e simultaneamente sensibilizar os colaboradores para "*Boas práticas e hábitos de vida saudáveis*".

De tarde, a **Vereadora Dr.ª Tília Nunes**, esteve presente numa reunião com o Prof. José Ricardo, o representante do Agrupamento de Escolas e Coordenadores das Escolas do 1.º Ciclo, para debater o *balanço das AEC's referente ao 1.º período e projeção das atividades para o restante ano letivo*.

Ainda nessa noite, realizou-se mais uma iniciativa *Night Runners – a correr ou a caminhar*, com concentração no Pavilhão Desportivo Municipal.

Realizou-se, no dia **15 de janeiro de 2015**, na Sala de Sessões, uma reunião com o Sr. Arquiteto Pedro Costa, que apresentou o projeto "*HUB e CITY*", na qual **estive presente** conjuntamente com a **Vice-Presidente Dr.ª Ilda Joaquim, Vereadora Dr.ª Tília Nunes e Vereador Dr. Carlos Amaro**.

Na manhã do *dia 16 de janeiro de 2015*, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** reuniu-se com o representante do Supermercado Pingo Doce, S.A. para tratar de assuntos referentes à Recolha de Resíduos Sólidos Urbanos.

Na sequência da Convocatória recebida da *Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo*, **estive presente** na 1.ª Reunião do Conselho Intermunicipal, em Tomar, na tarde do *dia 16 de janeiro de 2015*. De seguida, *procedi à assinatura do Protocolo com vista à implementação do "Espaço Cidadão"* celebrado com a AMA – Agência para a Modernização Administrativa, na presença do Secretário de Estado para a Modernização Administrativa.

No dia **17 de janeiro de 2015**, pelas 15.00h, a convite do CADE – *Clube Amador de Desportos do Entroncamento*, **procedi** à entrega de troféus e medalhas do campeão distrital da II Divisão na época 2013/2014.

No dia **19 de janeiro de 2015**, o **Vereador Dr. Carlos Amaro** esteve presente numa reunião com o Chefe de *Agrupamento dos Escuteiros – Grupo 84* sediados

no Jardim Parque José Pereira Caldas, para debater assuntos relacionados com o horário de funcionamento.

Nessa mesma tarde, estive numa reunião com o representante da PT Empresas, com a finalidade de debater o posicionamento e a abordagem estratégica dessa entidade para com o nosso Município.»

b) Entregou cópias aos Srs. Vereadores dos ofícios enviados ao Secretário de Estado das Infraestruturas, Transportes e Comunicações, bem como ao Diretor Geral da REFER Património, e da proposta de compra dos Bairros Ferroviários da Cidade do Entroncamento.

2 – VEREADOR SR. CARLOS MATIAS

Apresentou as seguintes questões:

a) Quero abordar, em primeiro lugar, a segurança dos peões, nos acessos próximos à estação.

Como saberão, recentemente, ocorreram dois acidentes com vítimas nesses acessos próximos. O último, foi na passada sexta-feira, com uma senhora em estado grave, vítima de atropelamento numa passadeira.

Os acidentes podem ter muitas causas e, nestes casos concretos, desconheço as suas razões precisas ou até se alguém as conhece. Certo é que, tais acidentes não admiram quem por ali vive ou ali passa com frequência. Por duas razões.

Em primeiro lugar, há muitos episódios de claro de excesso de velocidade, às vezes até com veículos pesados de passageiros. Provavelmente, na tentativa de chegar a horas de um qualquer comboio prestes a partir. Diria que é humano, mas é proibido e ali particularmente perigoso.

Em segundo lugar, a Av. José Eduardo Vítor das Neves está muito mal iluminada. É claro hoje que naquela via, não pode haver poupanças na iluminação. O último atropelamento, certamente não foi por acaso, ocorreu numa passadeira cujos candeeiros mais próximos estavam apagados.

A este facto acresce a direção este-oeste da própria via, com o sol de frente ao fim da tarde, para quem conduz em direção à estação. O quadro agrava-se ao luz-fusco, se os candeeiros ainda estiverem desligados. A visibilidade é nessa altura mesmo muito reduzida, eu próprio já o pude confirmar.

Portanto, são urgentes medidas que reforcem a segurança nesses acessos, em particular na Avenida José Eduardo Vítor das Neves. Terão de ser construídas lombas sinalizadas, ali mais necessárias do que em qualquer outro local. As passadeiras mais afastadas dos cruzamentos deverão ser precedidas de semáforos intermitentes, alertando para essas passadeiras

Finalmente, terá de ser reposta totalmente a iluminação e marcadas as duas faixas de rodagem no pavimento, com indicação dos sentidos que permitem.

Infelizmente, são medidas que já virão tarde para as vítimas. Mas, mais vale tarde do que nunca.

b) Em segundo lugar trago hoje o assunto da saúde ou, para ser mais preciso, o do atendimento de urgência no hospital de Abrantes --- a urgência que serve o nosso concelho.

O serviço está calamitoso. E garanto que o adjetivo não é excessivo.

Há cerca de uma semana, havia 12 ambulâncias paradas à porta do hospital de Abrantes, imobilizadas por terem as macas lá retidas. Na urgência era o caos total,

com médicos, enfermeiros, e auxiliares a fazerem os possíveis e os impossíveis para atender a afluência de doentes. Os recursos eram manifestamente insuficientes para tantos doentes.

Depois, são os variados casos de doentes, vulnerabilizados e alguns muito idosos, que têm alta a meio da madrugada e quase são postos à porta do hospital a horas impróprias de noites geladas.

Problemas e situações a que os responsáveis irresponsavelmente dão respostas vagas, fazem declarações otimistas sem posterior correspondência com a realidade ou, pura e simplesmente, alijam responsabilidades.

O Bloco de Esquerda já interpelou o governo na Assembleia da República.

Mas perante este quadro inadmissível, também nós devemos exigir respostas práticas do serviço nacional de saúde à exigência elementar de atendimento pronto e humano aos nossos municípios. É esse o objetivo da Moção que hoje aqui apresento.

Deixem-me acrescentar que reprovoo a “solução” para o problema (e de que só agora tive conhecimento), apresentada pelo Ministro da Saúde: o recurso a urgências privadas.

Acho lamentável e condeno o facto de até uma situação de crise, como a agora vivida nas urgências, seja aproveitada para promover os negócios com a saúde dos portugueses. É o Serviço Nacional de Saúde **público** que tem de responder aos problemas. Se o ministro não é capaz, demita-se. E leve com ele o resto do governo.

c) Chegaram-me queixas de que em escolas do concelho haveria frio excessivo, devido a interrupções do funcionamento do ar condicionado. Situação de incómodo e, nas manhãs frias que têm ocorrido, com prejuízo para o trabalho dos professores e para aprendizagem dos alunos. Pergunto, se de facto existem esses problemas e como estão a ser resolvidos.

Julgo ser essa a informação que já foi transmitida aos pais e encarregados de educação da Escola da Zona Verde.

d) Abordo agora as obras sobre e nas margens da Ribeira de St.^a Catarina.

Como alguns saberão, infelizmente, os esgotos do Casal Sentista --- um problema que o vizinho concelho de Torres Novas nunca resolveu --- estão a ser lançados na Ribeira de Santa Catarina, na parte inicial do seu curso.

A limpeza das águas acaba por ser feita logo a seguir, pela própria vegetação que cresce naturalmente no leito da ribeira. Um processo natural, mas com alguma eficácia, conhecido de botânicos e ambientalistas.

Fui agora alertado para o facto de que a limpeza do leito, em curso, se bem que deixe o panorama mais agradável à vista, acaba por expor ainda mais aos esgotos, o curso a jusante, já bem dentro da cidade.

Não tenho conhecimentos na matéria para garantir de que assim é, mas o argumento faz sentido. Portanto, pedia que o assunto fosse averiguado. Se ainda for possível e recomendável, trave-se o corte dessas ervas, ao que me dizem verdadeiros depuradores naturais dos esgotos lançados na Ribeira.

e) Assunto que creio merecer menção foi o lançamento hoje mesmo, de manhã, de um estudo sobre as Comunidades Ciganas em Portugal. Trata-se de um trabalho realizado pelo Centro de Estudos para as Migrações e Relações Interculturais da Universidade Aberta, em parceria com o Centro de Investigação e Estudos de

Sociologia do Instituto Universitário de Lisboa. Simultaneamente terá sido apresentado o Observatório das Comunidades Ciganas e o Fundo de Apoio à Estratégia Nacional.

Este estudo, realizado por Manuela Mendes, Olga Magano e Pedro Candeias, é uma medida prevista na Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas, aprovada em Março de 2013.

Qualquer intervenção exige um conhecimento rigoroso da realidade, libertando os decisores de preconceitos (sejam eles quais forem), tão presentes sempre que se trata de abordar as relações entre a comunidade cigana e não cigana. Daí a importância de trabalhos como o que hoje terá sido apresentado --- e para o qual chamo a vossa atenção

A sessão de hoje terá servido também para apresentar Carlos Jorge Sousa como diretor do Observatório das Comunidades Ciganas. E para falar no Fundo de Apoio à Estratégia Nacional para a Integração das Comunidades Ciganas. Este ano, o Fundo estará provisionado com 50 mil euros para projetos de integração das comunidades ciganas, uma quantia ridícula para a enormidade das tarefas a cumprir nestes domínios, em todo o país. As candidaturas abrem a 30 de Janeiro.

Dada a dimensão da comunidade cigana no Entroncamento, o nosso município deveria solicitar uma reunião com o diretor do Observatório, para dar a conhecer a realidade do nosso concelho e conhecer os projetos do Dr. Carlos Jorge Sousa. Por outro lado, creio que devemos candidatar-nos à criação da figura de mediador cigano, aproveitando os fundos e a experiência acumulada noutros concelhos e noutras comunidades.

Julgo ser tempo de tratar esta matéria incorporando as melhores práticas, evitando interpretações e intervenções avulsas, não raras vezes executadas de forma totalmente contraproducente.

f) Gostaria de saber quais as perspetivas para a próxima inauguração do Museu Nacional Ferroviário, certamente assunto tratado na reunião da Fundação, em 14 de Janeiro último.

g) Finalmente, peço para me esclarecerem o que é o tal projeto “HUB CITY”, mencionado há momentos na informação do Sr. Presidente.

3 – VEREADOR SR. RUI GONÇALVES

a) Questionou acerca da reunião que houve com a PT empresas se foi sobre a situação da posse das condutas do subsolo que são do Município.

b) Relativo ao Ciclo de Tertúlias Temáticas Conversas com Café, é um evento que tem muito interesse e gostaria de participar se fosse realizado noutro horário, que este não será o melhor.

Sobre as questões colocadas o Exmo. Presidente, esclareceu o seguinte:

Não entendeu os comentários relativos à segurança no Concelho, ainda esta semana esteve reunido com o Conselho Municipal de Segurança.

Neste mandato já foram feitas duas reuniões e já está marcada a próxima, vai procurar cumprir com as reuniões que estão previstas no regulamento.

Nessa reunião foram revelados alguns números pelas entidades competentes sobre a segurança e que evidenciam positivamente a Cidade do Entroncamento, no

entanto poderá acontecer uma situação ou outra que podem ter várias causas, e que vão sempre tentar corrigir.

Aquecimento na escola da Zona Verde foi uma situação pontual, por o sistema ter sido desligado que atingiu valores relativamente baixos, mas que foi monitorizado o seu processo e o problema ficou resolvido, pensa que não teve qualquer consequência grave.

Esgotos na Ribeira de Santa Catarina, não tem conhecimento desta situação, mas gostaria de ter elementos mais detalhados, para poder avaliar este problema. Informou que recentemente foi adjudicada a obra da construção da ETAR da Lamarosa que faz parte dos investimentos das Águas do Ribatejo, no Concelho de Torres Novas, que vai ter influência nas descargas que ainda possa haver na ribeira no Bonito. Esta obra vai melhorar todo o sistema de recolha dos esgotos e das águas residuais, contribuindo para uma melhoria da água destas ribeiras.

Quanto à questão da comunidade de etnia cigana, agradece esta informação, tem estado atento a estas temáticas, nomeadamente a possibilidade de candidaturas à figura de mediador, para estas comunidades. Até ao momento ainda não teve conhecimento dessas candidaturas.

Quanto à abertura do Museu Nacional Ferroviário, ficou consensualizado que até ao final do mês, iria ser marcada uma data provável para abertura do Museu. Na participação da Administração do MNF, o seu objetivo tem sido a abertura do museu. Espera que na próxima reunião possa ter uma informação mais concreta.

Sobre outro horário das Conversas com Café, foi o horário que optou por ser uma iniciativa justamente com este tema e ser ao final da tarde. Espera que o público que se vá adequando.

Relativamente ao projeto HUB CITY foi um projeto desenvolvido por três estudantes de mestrado, entre eles o arquiteto Pedro Costa que tiveram como objeto o estudo da cidade do Entroncamento.

Em relação à reunião com a PT são reuniões que tem com os operadores, e as instituições que operam no nosso território e uma das questões que colocou foi a da posse das infraestruturas das telecomunicações. Neste momento existem outros concelhos com esta preocupação.

Fez um acordo com a PT de elaborar um estudo no sentido de proceder ao fornecimento de fibra à Zona Industrial, para que todas as empresas localizadas na zona industrial possam beneficiar de melhores acessos à Internet. Ficou acordado que iriam enviar um estudo da viabilidade dessa ligação em colaboração com a Câmara quer na recolha de elementos, quer na sensibilização dos empresários para trabalhar em conjunto na hipótese de uma solução.

De novo, o Sr. Vereador Carlos Matias, apresentou a seguinte Moção:

«Recentemente, sucederam-se as notícias de caos nas urgências do Hospital de Abrantes.

Em 12 de Janeiro, uma segunda-feira, chegaram a estar paradas 12 ambulâncias, de várias corporações de bombeiros, algumas durante várias horas. As macas em que os doentes tinham sido transportados, não eram libertadas. Havia uma fila de espera de ambulâncias e respetivas tripulações imobilizadas, impedidas de acudir a outras situações, inclusive a outras situações de urgência que pudessem ocorrer.

Nesse dia, dentro das urgências o ambiente era de desespero dos profissionais de saúde que tentavam resolver as situações, muitas vezes sem êxito, devido ao excessivo número de pessoas à espera de serem atendidas.

Não é a primeira vez que esta situação ocorre nas Urgências do Hospital de Abrantes, fruto das sucessivas “reorganizações” do Centro Hospitalar do Médio Tejo. Atualmente está concentrada neste Hospital a urgência médico-cirúrgica, ao mesmo tempo que as Urgências do Hospital de Torres Novas e Tomar foram esvaziadas. Os utentes são obrigados a maiores deslocações e a maiores tempos de espera. O mesmo acontece com as corporações de bombeiros.

Por vezes, a pressa, a exaustão e a escassez de recursos podem levar a esquecer a necessária humanidade do tratamento de pessoas. E ainda por cima de pessoas doentes, frequentemente de localidades muito longínquas e, portanto, sem família perto.

Existem sérios problemas na prestação de cuidados médicos à população do Médio Tejo e são compreensíveis as preocupações de muitos dos nossos munícipes, receosos de um dia caírem no que já é conhecido pelo “inferno das urgências”, em Abrantes.

Por estas razões, a Câmara Municipal do Entroncamento

- manifesta a sua grande preocupação pela evidente degradação do atendimento nos hospitais e, em particular, nas Urgências do Hospital de Abrantes;

- exige ao Ministério da Saúde a dotação do Centro Hospitalar do Médio Tejo de todos os recursos necessários para garantir Serviços de Urgência em condições de darem respostas prontas e eficientes, garantindo a segurança e o trato humano dos doentes e a dignidade profissional dos que neles laboram.»

- O Exmo. Presidente colocou esta Moção à votação, após a reformulação de alguns pontos, a Câmara, deliberou por unanimidade, aprová-la e enviá-la à Administração do Centro Hospitalar do Médio Tejo, Ministério da Saúde, Comunidade Intermunicipal do Médio Tejo.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Ainda o Vereador Sr. Rui Gonçalves, interveio:

Em relação às comunidades ciganas, referiu que houve um projeto no Entroncamento, liderado pela associação Trendirivir, que se intitulava Sol Nascente, apoiado durante três anos, pela Segurança Social e consistia na integração social, visava nomeadamente, integrar as crianças de etnia cigana.

Acerca do caos nas urgências do hospital de Abrantes, subscreve esta Moção. Hoje ouviu uma notícia que o Ministro Paulo Macedo, iria contratar 1000 enfermeiros e médicos na reforma para colmatar as vagas existentes nos Centros de Saúde e disse que uma das causas de grande afluência nas urgências dos hospitais deve-se ao facto das pessoas em vez de irem aos Centros de Saúde recorrem de imediato às urgências.

4 – VEREADOR SR. MÁRIO EUGÉNIO

a) Sobre a Moção concorda com a mesma, embora o caos nas urgências não se verifique só ao nível dos hospitais do Médio Tejo e do hospital de Abrantes, se verifiquem por todo o país.

A situação caótica que se vive nas urgências, prende-se com o ataque feito ao Serviço Nacional de Saúde.

b) Relativamente aos acidentes que têm ocorrido na Av.^a da Estação gostaria de fazer dois comentários. Já teve uma situação complicada acerca de três ou quatro anos, quando trabalhava em Lisboa, de manhã, foi alvo de uma tentativa de agressão. Um individuo que vinha a alta velocidade para ir apanhar o comboio, mas como não o deixou passar, quando chegou aos semáforos este individuo queria-lhe bater.

Na altura falou com o Presidente da Câmara e com o Chefe da Polícia, alertando para que haja mais apoio na Avenida. Entende que deveriam ser colocados redutores de velocidade, porque as pessoas circulam com muita velocidade, sobretudo de manhã, para irem apanhar o comboio e existem passeadeiras que não estão sinalizadas, é uma questão que deveria ser tratada no Conselho Municipal de Segurança.

Por último, o Vereador Sr. Carlos Matias referiu que um grupo de ambientalistas, fez um levantamento completo sobre a ribeira de Santa Catarina desde a nascente até à foz, onde estão localizadas as características e as ameaças da ribeira.

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

LEITURA E APROVAÇÃO DE ATA

- Foi presente a ata da reunião de 06 de janeiro de 2015, que foi aprovada, por unanimidade, tendo sido dispensada a sua leitura por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

EXPEDIENTE DIVERSO

226/15 - GRUPO PARLAMENTAR DO PCP – REQUERIMENTO PARA AUDIÇÃO PARLAMENTAR SOBRE A SITUAÇÃO DO SETOR DO TÁXI

- E-mail de 05 de janeiro corrente, do Grupo Parlamentar do Partido Comunista Português, a enviar cópia do requerimento entregue na Assembleia da República para que seja realizada uma Audição na Comissão Parlamentar de Economia e Obras Públicas, sobre a situação do Setor do Táxi.

- A Câmara tomou conhecimento.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ASSOCIAÇÕES DESP. E CULTURAIS F/CONCELHO

91/15 – ADIRN – ASSOCIAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO INTEGRADO DO RIBATEJO NORTE – ADESÃO DO MUNICÍPIO DO ENTRONCAMENTO

- Ofício n.º 1/15, de 2 janeiro, da ADIRN – Associação para o Desenvolvimento Integrado do Ribatejo Norte, a informar que o nosso pedido de adesão para associado da Adirn foi deferido por deliberação da Assembleia Geral de 30/12/2014. Mais enviam fatura referente à joia de inscrição e quota de associado do ano corrente, bem como o Plano de Atividades e Orçamento para 2015.

- A Câmara tomou conhecimento.

O Vereador Sr. Carlos Matias, leu a seguinte intervenção:

«Tomei conhecimento de que o município aderiu à ADIRN pela comunicação social. Mas, nem essa informação nem a documentação que nos foi enviada esclarecem um especto considerado muito importante por todos os que se sentam a esta mesa: como pesa --- ou não --- o défice estrutural da ADIRN na capacidade de endividamento do nosso município.

Há um ano, o défice estrutural conhecido, ainda relativo a 2012, era de cerca de 621 mil euros.

Perante as dúvidas e reservas então manifestadas por todos, foi aprovado que o Sr. Presidente ficasse mandatado para “negociar com a ADIRN que os efeitos da dívida estrutural não serão aplicados ao Município do Entroncamento” --- uma proposta apresentada, aliás, pelo próprio presidente.

Por conseguinte, de que modo e em que documento, ficou salvaguardado? --- pergunta a que o Sr. Presidente ainda não respondeu.»

O Exmo. Presidente esclareceu que tentou excepcionar da adesão à Adirn, a questão da dívida passada, mas não foi possível, essa dívida não é responsabilidade da Câmara do Entroncamento. Apenas uma pequena parte entrará para o cálculo do nível de endividamento do Município.

Entende, que não é um fator relevante, na sua perspetiva, dado que os níveis da dívida do Concelho, têm vindo a diminuir gradualmente.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

123/15 – RENASCER - ASSOCIAÇÃO CRISTÃ DE REABILITAÇÃO, ACÇÃO SOCIAL E CULTURA – OCUPAÇÃO DA VIA PÚBLICA - PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS

- E-mail, de 05 de janeiro, da Renascer - Associação Cristã de Reabilitação, Acção Social e Cultura, a comunicar que se encontra registada como Instituição Particular de Solidariedade Social e desenvolve trabalho de reabilitação de pessoas sem abrigo e/ou baixos recursos financeiros provenientes de diversas cidades do país e alguns são encaminhados por algumas instituições de solidariedade social ou organismos oficiais.

- Neste sentido, solicita autorização para a realização de uma campanha de venda de brindes, com vista à angariação fundos, no dia 9, 10 e 11 de fevereiro de 2015, na rua Luís Falcão de Sommer, com a colocação de uma bancada de publicidade, bem como a isenção das respetivas taxas.

- A Câmara, de acordo com as informações prestadas no processo, deliberou, por unanimidade, isentar a Associação do pagamento das respetivas taxas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta para produzir efeitos imediatos.

BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO ENTRONCAMENTO

613/15 – ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DO ENTRONCAMENTO – NOITE DE FADOS – PEDIDO DE ISENÇÃO DE TAXAS DE RECINTO IMPROVISADO E ESPECIAL DE RUÍDO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Ofício n.º 4/Fin/2015, de 12 de janeiro, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários do Entroncamento, a solicitar a isenção do pagamento das taxas de recinto improvisado e especial de ruído, para uma Noite de Fados no dia 16 de janeiro.

Sobre este assunto, o Exmo. Presidente proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, aprovo a isenção solicitada, sujeita a ratificação posterior pela Câmara.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, ratificar este despacho.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

GEMINAÇÃO

636/15 – PROGRAMA DO SARAU CULTURAL DE SOLIDARIEDADE COM A ILHA DO FOGO – CABO VERDE

- Do Chefe de Gabinete, Dr. Mário Balsa, foi presente o “Programa do Sarau de Solidariedade com a Ilha do Fogo – Cabo Verde, a realizar no próximo dia 1 de fevereiro, pelas 21.00h, no Pavilhão Desportivo do Entroncamento.
- A Câmara tomou conhecimento.
- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

SERVIÇO DE ÁGUAS

10959/14 – PROPOSTAS DE TARIFÁRIO PARA 2015 - ABASTECIMENTO PÚBLICO DE ÁGUA, SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS E RSU - RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS

- Na sequência de um ofício da ERSAR – Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos, sobre o “ciclo anual de revisão tarifária relativo ao ano de 2015, pelas entidades gestoras municipais em modelo de gestão direta”, foi presente do Chefe de Divisão de Administração Geral – Dr. Gilberto Martinho, a informação que a seguir se transcreve, acompanhada das propostas de Tarifários de Abastecimento Público de Água, Saneamento de Águas Residuais e RSU - Resíduos Sólidos, para o ano 2015.

A SABER:

«Em cumprimento do despacho do Sr. Presidente em (3) e das determinações da ERSAR (ofício em "Visualizar"), foi feito o estudo dos setores de Abastecimento de Água (AA), Saneamento de Águas Residuais (AR) e Gestão de Resíduos Urbanos (RU), com vista a verificar o nível de cobertura da estrutura de custos destas 3 áreas pelas receitas e apontar caminhos para a resolução das respetivas disparidades, caso a elas houvesse lugar.

1) No que respeita à ERSAR, existia a data limite de 15 de outubro para submeter através do respetivo portal na internet o ficheiro de formação de tarifários para 2015, o qual consta em anexo 1. Para preencher este ficheiro houve que elaborar primeiro os estudos que constam dos anexos 2, 3 e 4, relativos a AA, AR e RU.

Os tarifários apresentados à ERSAR mereceram daquela entidade aprovação genérica, existindo no entanto dois pontos que o município deve ter em consideração:

- Abastecimento de água (AA) – deverá o município considerar criar a tarifa para famílias numerosas, a qual, não sendo atualmente obrigatória – apenas recomendada - , passará a sê-lo a partir de 2016, no âmbito do novo Regulamento Tarifário. Na atual proposta ainda não consta a tarifa para famílias numerosas, devendo no entanto a mesma constar do tarifário para o ano de 2016.

- Resíduos urbanos (RU) – a estrutura da tarifário de RU apresentada à ERSAR não cumpria com o Regulamento Tarifário pelo que houve que proceder à sua adaptação, não tendo esse facto qualquer impacto nas tarifas já existentes. A nova estrutura e sua justificação, consta da página 12 do anexo 4.

Os tarifários apresentados à ERSAR elaborados com os pressupostos existentes à data, apontavam para aumentos dos tarifários da ordem dos 9,3% no abastecimento de água, de 26,5% no saneamento de águas residuais e de 41,8% nos resíduos urbanos.

2) Propostas de tarifários

Após o envio dos supracitados elementos à ERSAR, o município entendeu rever a situação o que conduziu às seguintes conclusões:

Abastecimento de água (AA) - o município considerou que existe uma parte da água que é considerada “água não faturada” e que deve ser suportada pelo município.

A falta de contadores afetos a algumas instalações e mais propriamente aos serviços de regas, conduzem a uma indefinição que deverá ser sanada o mais brevemente possível de modo a permitir identificar, sem margem de erro quais os valores em causa.

Atualmente estimou-se que esse consumo era de cerca de 100.000 m³/ano.

Os valores obtidos, conduziram à manutenção da tabela tarifária em vigor em 2014.

Saneamento de águas residuais (AR) - Existe uma discrepância entre os valores que a Águas do Centro está a cobrar ao município e o caudal efetivamente medido. Em 2103, ano base, estima-se em 27,5% o valor debitado a mais, face ao medido e utilizado para o cálculo da TRH pela empresa AdC.

Mantendo o mesmo indicador para 2015, prevê-se um custo com recolha e tratamento de efluentes de 501.531,10 €.

A conta de exploração obtida com base nestes pressupostos, leva a propor que se mantenha para 2015, a tabela tarifária em vigor no ano de 2014.

Resíduos sólidos urbanos (RU)

Os cálculos de seguida apresentados, baseiam-se na conta de exploração do ano de 2013.

A rubrica mais significativa é a que se refere à deposição e tratamento de resíduos urbanos pela Resitejo.

Tendo como objetivo minorar os pesados encargos com que se debate a população, o município entende suportar os custos com a componente das despesas com pessoal direto que não são cobertos pelas transferências do Orçamento de Estado, designadamente do FEF + IRS.

Participação fixa no IRS + FEF	2 908 545,00
Custos pessoal 2013	5 583 273,78
<u>Peso do IRS+ FEF nas despesas com pessoal</u>	<u>52%</u>
<u>A imputar</u>	<u>48%</u>

Para além disso, prevê-se uma redução nos custos com os combustíveis, designadamente gasóleo consumido na frota de recolha, tendo em conta a descida dos preços do petróleo que se reflete no custo do combustível.

Por outro lado, com a descida das taxas de juro, que estão no seu nível mais baixo, prevê-se também um decréscimo dos custos financeiros.

Para este serviço, propõe-se para 2015 a manutenção do tarifário que vigorava em 2014.

As novas propostas encontram-se nos Anexos 6,7 e 8.»

O Sr. Vereador Carlos Matias, leu a seguinte intervenção:

«Votarei favoravelmente o não aumento dos tarifários da água, saneamento e rsu. Gostaria, entretanto de fazer algumas observações.

A primeira é de ordem genérica, para todos os tarifários.

Tomando como princípio de a adequação dos tarifários às variações dos índices de preços ao consumidor, em rigor dever-se-ia ter em conta a deflação registada. Aceito, porém, que sendo praticamente irrelevante esse valor, ele não seja incorporado nas propostas feitas.

Agrada-nos saber que no que se refere à efetiva medição dos caudais de efluentes tratados, a AdC está a ser confrontada com a obrigação de os medir, medições sobre os quais pagaremos. No que se refere ao fim da complacência (para usar uma palavra suave) com que a AdC vem sendo tratada, têm o nosso apoio.

Sobre o caso da água, em particular, gostaria de acrescentar alguns comentários.

O primeiro é para registar o elevado número de disposições legais e recomendações aplicáveis à formação de preços. Entendo-as genericamente, sobretudo as de carácter impositivo, como atropelos à autonomia do poder local. É aqui, na Câmara Municipal, que reside a competência para fixar taxas e tarifas, somos nós que respondemos perante o eleitorado pela boa ou má gestão.

Obviamente, tanta imposição tem uma leitura política que deve ficar explícita. Este governo, à semelhança dos anteriores, está empenhado em criar um mercado unificado para o sector da água --- para depois privatizar. Os diversos governos tem tido esse objetivo em mira, vão servindo as clientelas de negociantes que os sustentam

Em segundo lugar, sublinho --- como o Bloco de Esquerda vem fazendo há anos --- como foi ruínosa a adesão do município à empresa Águas do Centro. 32% de aumento no preço da água que pagamos, de 2011 para cá, dizem tudo, ou quase tudo.

Depois, há o carácter quase arbitrário da fixação dos preços a pagar à AdC em cada ano, sem quaisquer critérios económicos ou politicamente transparentes. Porque sendo políticos, poderão ser justos ou não. Todavia aqui, tudo fica no reino da negociata sem princípios, do “toma lá, dá cá”.

Quero também referir a minha preocupação pelas elevadas perdas. Diz o estudo que nos foi presente que estas têm vindo a subir de modo inoportável para a autarquia, sendo equivalente, em volume, à recolhida nas captações municipais.

Toda a água perdida é paga pelos consumidores. Portanto é incompreensível e insustentável a degradação deste indicador.

Deverá ser urgentemente elaborado um plano de combate às perdas de água na rede de distribuição, recorrendo às melhores técnicas --- que as há --- e a boas experiências noutras autarquias. Tenho a informação de que Óbidos poderá ser um dos bons exemplos a estudar. É preciso investir na poupança e tal deverá traduzir-se também no plano orçamental.

Renovo o meu alerta para enormes perdas dos depósitos na zona das Fontainhas, uma chamada de atenção que em tempos já aqui fiz.

Já depois desse meu alerta, trazendo então informações que outras pessoas me fizeram chegar, há dias, eu próprio testemunhei um episódio de um verdadeiro rio vindo do lado dos depósitos e alimentando fartamente uma linha de água. Enviar-vos-ei uma foto que, nessa altura fiz, junto á Rua José Coelho Aires da Silva.

Finalmente, algo não refletido neste estudo: as frequentes interrupções no fornecimento de água. Ou seja, mantendo o preço por um serviço cuja qualidade se degrada e frequentemente não cumpre os mínimos, estamos de facto a subir o preço para os consumidores.

Não sei se é preciso investir muito ou pouco, não tenho dados para tal me pronunciar. Mas o município tem de fazer um diagnóstico da rede, identificar os

pontos fracos, elaborar projetos e procurar formas de os financiar, ainda que executados faseadamente.

Facto é que a rede de distribuição em baixa está “doente”: tem perdas e interrupções de fornecimento na mais, tornando difícil a vida das pessoas em certas zonas da cidade, como a já aqui muito falada zona do Pavilhão Municipal.

As repetidas queixas que me chegam, algumas já em desespero, têm de ter uma resposta na melhoria do fornecimento.»

- Após as intervenções dos Srs. Vereadores Rui Gonçalves, Mário Eugénio e Carlos Matias, o Exmo. Presidente esclareceu que a proposta de manter as tabelas de 2014, tal como manteve em 2013, para o ano de 2015, deve-se entre outras razões ao facto deste Executivo estar a desenvolver negociações com as Águas do Centro, de modo que só sejam pagos os metros cúbicos de efluentes que são tratados na ETAR e não os valores mínimos que estavam acordados anteriormente, e que reflete uma mais valia para a cidade, que possibilita não aumentar as tarifas.

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, não proceder ao aumento para o ano 2015, dos Tarifários:

- Abastecimento Público de Água;
- Saneamento de Águas Residuais; e
- RSU - Resíduos Sólidos.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

868/14 - LISTA DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS OBJETO DE PARECER GENÉRICO FAVORÁVEL

- A Câmara, atenta a deliberação de 21 de janeiro de 2014, tomou conhecimento da lista da prestação de serviços objeto de parecer genérico favorável, relativa ao mês de dezembro.

- Este assunto foi aprovado em minuta, para produzir efeitos imediatos.

NORMAS E REGULAMENTOS MUNICIPAIS

15309/14 – PROPOSTA DE ATUALIZAÇÃO À TABELA DE TAXAS E LICENÇAS NÃO URBANÍSTICAS

- Do Chefe de Divisão de Administração Geral, Dr. Gilberto Martinho, foi presente a seguinte proposta relativa à atualização à Tabela de Taxas e Licenças não Urbanísticas:

«Nos termos do artigo 32.º do Regulamento das Taxas Não Urbanísticas, as taxas e licenças previstas na tabela são automaticamente atualizadas todos os anos mediante a aplicação do índice de preços ao consumidor publicado pelo Instituto Nacional de Estatística e relativo aos doze meses do ano anterior.

Consultando o site do INE (www.ine.pt), verifica-se que a taxa de inflação em dezembro de 2014 foi negativa de -0,36%.

Quadro extraído em 14 de Janeiro de 2015 (16:53:08)
<http://www.ine.pt>

Meses	%	
Janeiro de 2014	0,06	0,0006
Fevereiro de 2014	-0,08	-0,0008
Março de 2014	-0,37	-0,0037
Abril de 2014	-0,14	-0,0014
Maio de 2014	-0,44	-0,0044
Junho de 2014	-0,42	-0,0042
Julho de 2014	-0,87	-0,0087
Agosto de 2014	-0,36	-0,0036
Setembro de 2014	-0,37	-0,0037
Outubro de 2014	0	0
Novembro de 2014	0,02	0,0002
Dezembro de 2014	-0,36	-0,0036

Tendo em consideração a conjuntura económica refletida no comportamento das taxas de inflação, propõe-se para 2015 a manutenção da tabela de taxas em vigor em 2014.

Introduziram-se novas taxas entretanto aprovadas durante o ano corrente e as quais não serão objeto de atualização:

- N.º 4 do artigo 26.º do capítulo II;
- Artigo 1.º da secção III do capítulo VI.»

O Sr. Vereador Carlos Matias, leu a seguinte intervenção:

«O princípio seguido é o da atualização das taxas segundo a inflação prevista. Havendo uma evolução negativa, as taxas deveriam baixar. No entanto, dada a irrelevância dos valores em causa, aceito como razoável a opção de manter a tabela de taxas. Portanto, votarei favoravelmente esta proposta, assim como, mais adiante nesta reunião, a nova tabela associada ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, manter a tabela de taxas em vigor em 2014.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESPAÇO DO CIDADÃO

10435/14 - ESPAÇO DO CIDADÃO – PROTOCOLO – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Protocolo dos Espaço do Cidadão, a celebrar entre a AMA - Agência para a Modernização Administrativa, I.P., e o Município do Entroncamento.

Sobre este assunto o Exmo. Presidente, proferiu o seguinte despacho:

«Ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, aprovo o presente protocolo, sujeita a ratificação posterior pela Câmara.»

O Exmo. Presidente esclareceu que estes Espaços do Cidadão vão ficar instalados nas sedes das Juntas de Freguesia de S. João Batista e de N.ª Sr.ª de Fátima, na zona de atendimento. Os funcionários vão dar apoio às pessoas para que possam aceder a um conjunto de Serviços Públicos, de forma Online e a preencher os documentos que estão no Portal, para os assuntos que pretendam resolver.

A criação deste Espaço do Cidadão, foi um serviço muito ponderado e não põe em causa os Serviços Públicos da Administração Central.

- A Câmara, deliberou por maioria, ratificar este despacho.

Votaram a favor os Vereadores Srs. Rui Gonçalves, Carlos Matias, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente; e

Votou contra o Sr. Vereador Mário Eugénio, que fez a seguinte declaração de voto:
«1. É compreensível a necessidade que o cidadão comum sente de aproximação dos serviços e a possibilidade de integração com os novos sistemas e plataformas digitais colocados ao seu dispor.

2. O encerramento de serviços públicos diversos leva a que a criação destes “Espaços do Cidadão” seja encarada como uma alternativa.

3. A associação das autarquias a este projeto do Governo coloca alguns problemas que importa referir:

- De natureza política local, facto que, na prática, transferirá para a autarquia todas as insatisfações associadas, como por exemplo as decorrentes de cortes em prestações sociais, situações de desemprego, etc.

- De natureza política nacional, uma vez que não há garantia de financiamento a médio e longo prazos.

- De natureza financeira, tendo em conta os custos associados a suportar pela autarquia.

4. A defesa do serviço público e do interesse das populações é inquestionável, sendo para a CDU uma exigência de que deve ser o Governo e a Administração Central a assegurar-los, pelo menos enquanto não for implementado um processo de regionalização e descentralização de poderes coerente.

5. Pelas razões apresentadas votámos contra.»

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ESCOLA BÁSICA

10962/14 – PROTOCOLO – COMPONENTE DE APOIO À FAMÍLIA – ESCOLA BÁSICA DO BONITO

- Presente o Protocolo da Componente de Apoio à Família, a celebrar entre o Município do Entroncamento e a Associação de Pais e Encarregados de Educação da Escola Básica do Bonito.

- A Câmara, deliberou por unanimidade, aprovar o presente Protocolo.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

FUNDO DISPONÍVEL

386/15 – FUNDOS DISPONÍVEIS 2015 - RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Do Chefe de Divisão de Gestão Financeira, Dr. Hugo Gonçalves, foi presente a seguinte informação relativa à antecipação de Fundos Disponíveis 2015:

«Nos primeiros dias de janeiro foi feito a transição de ano para 2015, que consiste basicamente na entrada em vigor do Orçamento de 2015 e na transferência de todos os compromissos assumidos e não pagos.

Estes 2 passos são essenciais para o cálculo dos fundos disponíveis para janeiro de 2015.

Quando é feita a transição dos compromissos assumidos e não pagos, faz com que os compromissos que não têm agendamento mensal fiquem todos concentrados no mês de janeiro, ou seja, o mês de janeiro para além de ter os compromissos de despesas certas do mês (salários, comunicações, água, saneamento, eletricidade, resíduos sólidos, empréstimos, leasings, entre outros) concentra os compromissos que transitam porque não foram pagos (dívida) e os compromissos decorrentes de obras participadas que ainda não tenham tido faturação.

Se não utilizarmos os mecanismos previstos na Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso (LCPA), nomeadamente o art.º 4 (aumento temporário dos fundos disponíveis) o município fica sem margem de manobra para o seu funcionamento normal.

Sendo assim para arranque do ano de 2015 no campo onde são registados os aumentos temporários dos fundos disponíveis terão de ser consideradas as seguintes verbas:

- Antecipação de receitas próprias

500.000 € - **Já deliberado na reunião de 18/11/2014 (Ver anexo 1).**

Os meses de correção serão os meses de abril (90.000 €) e maio (410.000 €).

100.000 € - Carece de deliberação

O mês de correção será o mês de agosto.

Total = 600.000 € (1)

- Antecipação de receitas gerais (Fundos Comunitários)

Execução de Ciclovia – Freguesia N. Sra. Fátima = 567.611,78 €

Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia = 408.652,74 €

Requalificação dos acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal = 254.966,46 €

Alargamento da Avenida das Forças Armadas = 257.807,59 €

Escola Dr. Ruy Andrade (QREN) = 263.603,64 €

Escola Dr. Ruy Andrade (DGEST) = 455.055,58 €

Escola Dr. Ruy Andrade – Material Didático = 79.642,50 €

Centro Escolar Norte – 15.144,47 €

Nota: corresponde ao valor participado que ainda não foi recebido por parte do +Centro e DGEST.

Total = 2.302.484,76 € (2)

A antecipação de verbas de fundos comunitários é feita com base no Art.º 175 da Lei 66-B/2013. Este artigo vem alterar o art.º 4 da Lei n.º 8/2012, ou seja, a autorização prevista no n.º 1 (autorização pela câmara municipal) é dispensada no caso de receitas consignadas.

O total das antecipações é no valor de = 2.902.484,76 € (1 + 2)

Para cumprimento do artigo 4 da LCPA falta neste momento a câmara deliberar no sentido de antecipar 100.000 € com a devida correção no mês de agosto.

Com estas movimentações o saldo disponível para realização de despesa no mês de janeiro é de 94.673,62 €.

(Ver mapa detalhado que consta no anexo 2).

O título informativo segue no anexo 7 uma visão da previsão de receitas e compromissos para o ano de 2015, analisando o mapa chegamos aos seguintes valores:

- Total de receita previsível: 14.668.791,36 €

- Compromissos assumidos: 13.513,897,56 €

- Diferença: 1.154.893,80 €

Em relação aos valores acima referidos é importante realçar o seguinte:

RECEITA

Estão incluídas neste campo as transferências do OE, a previsão da receita com base na média dos últimos 2 anos (retirando as transferências do OE), receitas provenientes de obras participadas (em execução), receitas extraordinárias.

Estas previsões **não têm para já** ligação com o que foi previsto em orçamento, ou seja, em termos de orçamento estão incluídas todas as receitas para fazer face aos compromissos que se pretendem assumir em 2015 (incluiu por exemplo receitas de obras que ainda não estão iniciadas) e no mapa dos fundos disponíveis apenas considera, neste momento, as receitas associadas aos investimentos em execução, ou seja, as receitas decorrentes de novas empreitadas apenas serão consideradas quando for exigido o seu compromisso.

De referir que em relação às receitas provenientes de obras participadas está a ser considerado a verba que à data falta transferir por parte da DGEST até completar o valor máximo de 1.200.000 € referido no acordo de colaboração para a Escola Básica Ruy Andrade (ANEXO 6 - 455.055,58 €).

Caso o município não consiga reclamar da DGEST a totalidade deste valor terá de arranjar uma alternativa para fazer face a esta despesa de modo a que a obra fique financeiramente concluída em 2015.

Em relação às receitas extraordinárias refere-se à previsão de recebimento por parte da firma Trindade e Martins (306.590,94 €) na sequência do processo de obras 15/2012 (SGD 3399).

É fundamental que estas 2 receitas sejam cobradas na íntegra sob pena de haver dificuldades no funcionamento corrente do município.

É também de realçar que ainda não se encontra aqui previsto o possível encaixe na ordem dos 700 m € referentes ao empréstimo de MLP junto do BEI, que está neste momento em fase de aprovação por parte do +CENTRO e posteriormente terá de ter o respetivo visto do Tribunal de Contas.

DESPESA (COMPROMISSOS)

O valor acima referido é apenas a uma **previsão** dos compromissos afetos às despesas certas e permanentes ao longo do ano, **podendo sofrer variações consoante os consumos**.

Estão aqui incluídas, para além da dívida transitada, despesas com pessoal, comunicações, águas, saneamento, eletricidade, resíduos sólidos, empréstimos, leasings, avenças, contratos já assinados como vigilância e segurança, refeições escolares, atividades extracurriculares, empreitadas em curso entre outras.

De referir que **não estão aqui incluídas despesas pontuais para o funcionamento normal do município**. Estas irão sendo registadas à medida que as necessidades sejam detetadas.

Em resumo, deverá a câmara deliberar no sentido de antecipar 100.000 € (com correção no mês de agosto) ao abrigo do art.º 4 da Lei n.º 8/2012 (LCPA).»

- A Câmara, deliberou por maioria, ratificar o despacho do Exmo. Presidente que ao abrigo da competência prevista no n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, aprovou a antecipação de fundos.

Votaram a favor os Vereadores Srs. Mário Eugénio, Carlos Matias, Carlos Amaro, Tília Nunes, Vice-Presidente Ilda Joaquim e Exmo. Presidente;

Votou contra o Sr. Vereador Rui Gonçalves.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

POSTO DE TURISMO

15166/14 – POSTO DE TURISMO – ALTERAÇÃO DE HORÁRIO DE FUNCIONAMENTO

- Da Técnica Superior Dr. Aida Neves, foi presente uma informação acerca do encerramento do Posto de Turismo, no horário de almoço, entre as 13h e as 14h, em virtude de existir um número reduzido de visitantes, no período de inverno, e por questões relacionadas com a gestão de recursos humanos no referido horário.
- A Câmara, deliberou por unanimidade, autorizar o encerramento do Posto de Turismo, no horário do almoço entre as 13h e as 14h, durante o período do inverno.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

BARES MUNICIPAIS

14851/14 – CESSÃO DA POSIÇÃO CONTRATUAL DO BAR ESPLANADA JUNTO AOS CAMPOS SINTÉTICOS NO PARQUE DO BONITO – LIBERTAÇÃO DA GUIA DE DEPÓSITO

- Da Assistente Técnica Paula Oliveira, dos Serviços de Notariado, foi presente uma informação relativa à cessão da posição contratual do bar esplanada junto aos campos sintéticos no Parque do Bonito, a solicitar que a Câmara autorize a libertação da Guia de Depósito no valor de 600,00€, efetuada na Caixa Geral de Depósitos, a favor do Município pela cedente Ana Cristina Gomes Santos Medinas, devendo a sua restituição ser efetuada através de Precatório-Cheque.
- A Câmara, deliberou por unanimidade, autorizar a libertação da Guia de Depósito, de acordo com a informação.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PATRIMÓNIO

15731/14 – PROGRAMA E CONDIÇÕES GERAIS PARA ALIENAÇÃO E ARREMATACÃO DE SUCATA EM HASTA PÚBLICA, MINUTA DA PROPOSTA E MINUTA DO ANÚNCIO DA HASTA PÚBLICA

- Na sequência da informação da Assistente Técnica, Cátia Bertelo, da Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, relativa à conclusão da constituição dos lotes de sucata, colocados no armazém da Manutenção Militar, para preparação da hasta pública, foi presente, da Assistente Técnica Paula Oliveira, dos Serviços de Notariado, a seguinte informação:

«Após análise dos serviços da DASU, foi retificado o valor dos lanços de 20 para 50 euros (anexo 8). Deverá ser enviado o processo para ser presente à próxima reunião de Câmara a fim de ser aprovado o Programa e Condições Gerais para Alienação e Arrematação de Sucata em Hasta Pública (anexo 8); a minuta da Proposta (anexo 6) e a minuta do Anúncio da Hasta Pública (anexo 7). Deverá ser também nomeada a Comissão do Ato Público, constituída por 3 elementos dos quais 1 preside, sendo sugerido o Sr. Arquiteto Rafael Domingos; o Sr. Encarregado Geral Fernando Lima e a Assistente Técnica do serviço de notariado Paula Oliveira (ver movimentação 17).

Sugere-se a publicação do Anúncio pelo prazo de 10 dias, de acordo com o artigo 71.º do CPA, prazo durante o qual as propostas serão aceites. Findo este prazo terá lugar a hasta pública, daí as datas mencionadas nas minutas.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, e de acordo com a informação, proceder à abertura da Hasta Pública e nomear os seguintes elementos para constituição da Comissão:

- Presidente: Arquiteto Rafael Domingos, Chefe de Divisão do Ambiente e Serviços Urbanos;
- Vogais efetivos: Fernando Manuel Lima Fernandes, Encarregado Geral e Paula Oliveira, Assistente Técnica;
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PESSOAL

14532/14 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Gonçalo Nuno Pires Trindade, Assistente Operacional (Agente Único de Transportes Coletivos), a exercer a atividade de condutor de veículos de pesados de passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

16092/14 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Nuno Miguel Rufino Santos, Técnico Superior (em mobilidade intercarreiras), a exercer a atividade de Engenheiro Técnico de Segurança.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

16128/14 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Carlos José Marques Filipe, Técnico Superior, a exercer a atividade de Treinador de Hóquei em Patins e/ou outras atividades desportivas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

16136/14 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Armindo Alves Dias Vieira, Assistente Operacional, a exercer a atividade de Vigilante na Empresa Prossegur.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

15/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à trabalhadora Cláudia Raquel Martins Gil Fernandes, Assistente Técnica, a exercer a atividade de prestação de serviços na área de desenvolvimento e programação de sites para a Internet.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

21/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Gilberto Pereira Martinho, Técnico Superior a desempenhar o cargo de Chefe de Divisão de Administração Geral, a exercer a atividade de prestação de serviços na sua área de formação académica e profissional de Economista/Técnico Oficial de Contas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

30/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Paulo Alexandre Gorjão Lourenço de Oliveira, Assistente Técnico, a exercer a atividade de subscrição de Alvará de Construção Civil até à classe 4.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

124/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador João Carlos Brito Roldão Santos, Assistente Operacional (Mecânico), a exercer a atividade de árbitro de futebol.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

141/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Rodrigo Emanuel Branco Bertelo, Técnico Superior, a exercer a atividade de Formador.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

166/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Filipe Miguel Pires Estriga, Técnico Superior, a exercer as atividades de Monitor/Treinador de Ténis e a de Designer Gráfico.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

168/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Silvino Ferreira dos Santos, Técnico Superior, a exercer a atividade de Arquiteto.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

175/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Joaquim António Ribeiro Canteiro, Engenheiro Civil Assessor Principal, a exercer a atividade de Engenheiro Civil em profissão liberal.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

202/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Rui Pedro Sousa Mendes, Assistente Operacional (Eletricista), a exercer a atividade de árbitro de futebol.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

204/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Silvino António Morgado Fiens, Assistente Operacional (Eletricista), a exercer a atividade no setor da Restauração.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

215/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à trabalhadora Ana Cristina Vicente Feio, Técnica Superior, a exercer a atividade de gestão da empresa POMOR – Software de Gestão, Lda.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

251/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Fernando Ribeiro da Cunha, Assistente Operacional, a exercer a atividade de Vigilante na Empresa Prosegur.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

267/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Hugo Serafim Coelho Magalhães Silva, Assistente Técnico, a exercer a atividade de árbitro de futebol.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

294/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Bruno Miguel Pereira Alves, Assistente Técnico, a exercer a atividade de Formador.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

324/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Horácio da Cunha Trincão Nazaré Duarte, Assistente Técnico, a exercer a atividade de condutor de veículos de pesados de passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

325/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Saúl José Martins de Carvalho, Assistente Operacional (Agente Único de Transportes Coletivos), a exercer a atividade de condutor de veículos de pesados de passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

343/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador João Luís Mendes Gonçalves, Assistente Operacional (Agente Único de Transportes Coletivos), a exercer a atividade de condutor de veículos de pesados de passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

344/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Vítor Manuel Neves Barra, Assistente Operacional (Agente Único de Transportes Coletivos), a exercer a atividade de condutor de veículos de pesados de passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

347/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador João Salvado Alves dos Santos, Assistente

Operacional (Agente Único de Transportes Coletivos), a exercer a atividade de condutor de veículos de pesados de passageiros.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

373/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Filipe João Esteves Alves dos Santos, Técnico Superior, a exercer a atividade de Músico.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

376/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à trabalhadora Carla Maria da Cruz Guia, Assistente Técnica, a exercer a atividade na área da Restauração.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

402/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador José Fernando Porto Tavares, Técnico Superior (Arquiteto), a exercer a atividade de elaboração de projetos de arquitetura para fora da área geográfica do concelho do Entroncamento.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

405/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, à trabalhadora Patrícia Santos Louro Anacleto, Técnica Superior, a exercer a atividade de Perito Qualificado ADENE e Elaboração de projetos, direção técnica de obras e fiscalização de obras.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

406/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, ao trabalhador Hugo Miguel Carrondo Gonçalves, Chefe de Divisão, a exercer a atividade de Consultor/Economista/Técnico Oficial de Contas.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

587/15 - PLANO DE PREVENÇÃO DE RISCOS DE GESTÃO INCLUINDO OS DE CORRUPÇÃO E INFRAÇÕES CONEXAS - ACUMULAÇÃO DE FUNÇÕES

- A Câmara, no âmbito do “Plano de Prevenção de Riscos de Gestão incluindo os de Corrupção e Infrações Conexas”, deliberou, por unanimidade, autorizar a acumulação de funções, nos termos previstos nos artigos 22.º e 23.º da Lei n.º

35/2014, de 20 de junho, à trabalhadora Maria Isabel Martins Marques, Assistente Operacional, a exercer a atividade de Agricultora.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO

8084/12 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO – RUA ENG.º ALBERTO SARAIVA E SOUSA

- A Câmara, deliberou por unanimidade, revogar a sua deliberação de 21 de maio de 2012, referente à criação de lugar de estacionamento e colocação da respetiva sinalização, na rua Eng.º Alberto Saraiva e Sousa.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

9420/14 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO - RUA PROF. JOSÉ FRANCISCO CORUJO

- Do Eng.º Civil Estagiário Miguel Clemente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a colocação de redutores de velocidade e respetiva sinalização:

«De acordo com o solicitado por vossa excelência, serve a presente informação para propor a seguinte situação relativa à Manutenção da Rede Viária – Trânsito e Sinalização:

- Colocação de redutores de velocidade de 30 mm acompanhado de sinalização vertical A2a (lomba) e placa de informação adicional Modelo 1 (indicador de distância na Rua Professor José Francisco Corujo, conforme indicado em planta anexo. Este trabalho poderá ser realizado pelos serviços municipais.

SGD	Modelo	Redutor velocidade	A2a	Mod.1
9420	Quantidade	13 un. (em armazém) + 13 un. (a adquirir)	4 un. (em armazém)	4 un.

As peças desenhadas relativas à situação descrita encontram-se em anexo no sgd.»

- A Câmara, de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação de redutores de velocidade e sinalização proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

15283/14 - MANUTENÇÃO DA REDE VIÁRIA – TRÂNSITO E SINALIZAÇÃO - RUA FIALHO DE ALMEIDA

- Do Eng.º Civil Estagiário Miguel Clemente, da DASU - Divisão de Ambiente e Serviços Urbanos, foi presente a informação que abaixo se transcreve a propor a aplicação de sinalização na rua Fialho de Almeida:

«De acordo com o solicitado por vossa excelência, serve a presente informação para propor a seguinte situação relativa à Manutenção da Rede Viária – Trânsito e Sinalização:

- Alteração da prioridade no entroncamento das ruas Fialho de Almeida com ruas de acesso ao estacionamento do Pavilhão Municipal através da colocação de sinal B2 (paragem obrigatória) e pintura de Marca M8 (linha de paragem) conforme desenho em anexo.

SGD	Modelo	B2	M8
15283	Quantidade	1 Unidade	2.85m ²

As peças desenhadas relativas à situação descrita encontram-se em anexo no sgd.»

- A Câmara, de acordo com esta informação, deliberou, por unanimidade, aprovar a colocação da sinalização proposta.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS MUNICIPAIS

400/15 – EXECUÇÃO DE CICLOVIAS – FREGUESIA DE NOSSA SENHORA DE FÁTIMA – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 1 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 1, do Contrato Inicial, no valor de 4.525,80€ (Quatro mil, quinhentos e vinte e cinco euros e oitenta centimos), elaborado em 23 de dezembro de 2014, referente à empreitada da “Execução de Ciclovias – Freguesia de Nossa Senhora de Fátima”, adjudicada à Firma Cordivias - Engenharia, Lda.

- A Câmara, de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Exmo. Presidente que ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12/9, homologou o auto.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

401/15 – ALARGAMENTO DA AVENIDA DAS FORÇAS ARMADAS – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 2 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 2 do Contrato Inicial, no valor de 5.433,51€ (Cinco mil, quatrocentos e trinta e três euros e cinquenta e um centimos), elaborado em 23 de dezembro de 2014, referente à empreitada do “Alargamento da Avenida das Forças Armadas”, adjudicada à Firma Sociedade de Construções Elimur, Lda.

- A Câmara, de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Exmo. Presidente que ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12/9, homologou o auto.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

589/15 – REQUALIFICAÇÃO URBANA DA RUA ELIAS GARCIA (CRUZAMENTO DA RUA CASAL MELÃO ATÉ À MEIA VIA) - AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 3 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 3 do Contrato Inicial, no valor de 23.576,50€ (Vinte e três mil, quinhentos e setenta e seis euros e cinquenta centimos), elaborado em 22 de dezembro de 2014, referente à empreitada da “Requalificação Urbana da Rua Elias Garcia (Cruzamento da Rua Casal Melão até à Meia Via)”, adjudicada à Firma Joaquim Rodrigues da Silva & Filhos, Lda.

- A Câmara, de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Exmo. Presidente que ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12/9, homologou o auto.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

323/15 – REQUALIFICAÇÃO DOS ACESSOS AOS CASAS FORMIGOS E CASAL VIDIGAL - AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 4 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Auto de Vistoria de Medição de Trabalhos, Situação n.º 4 do Contrato Inicial, no valor de 14.429,90€ (Catorze mil, quatrocentos e vinte nove euros e noventa centimos), elaborado em 22 de dezembro de 2014, referente à empreitada

da “Requalificação dos Acessos aos Casais Formigos e Casal Vidigal”, adjudicada à Firma Miraterra – Obras Públicas, Lda.

- A Câmara, de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Exmo. Presidente que ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12/9, homologou o auto.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

476/15 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D’ANDRADE – AUTO DE MEDIÇÃO DE TRABALHOS CONTRATUAIS, SITUAÇÃO N.º 24 – RATIFICAÇÃO DE DESPACHO

- Presente o Auto de Medição de Trabalhos, Situação n.º 24, do Contrato Inicial, no valor de 65.182,32€ (Sessenta e cinco mil cento e oitenta e dois euros e trinta e dois cêntimos), elaborado em 30 de dezembro de 2014, referente à empreitada da “Execução da Nova Escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à Firma Alpeso – Construções, SA.

- A Câmara, de acordo com a informação dos serviços, deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho do Exmo. Presidente que ao abrigo do n.º 3 do art.º 35.º da Lei 75/2013, de 12/9, homologou o auto.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

649/15 - EXECUÇÃO DA NOVA ESCOLA EB 2.3 DR. RUY D’ANDRADE – PRORROGAÇÃO DE PRAZO

- Da Eng.ª Civil Patrícia Anacleto, de Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação, relativa ao pedido de prorrogação de prazo da empreitada de “Execução da nova escola EB 2.3 Dr. Ruy d’Andrade”, adjudicada à firma Alpeso Construções, SA.:

«Serve a presente para informar V. Ex.ª que da análise efetuada ao pedido de prorrogação de 15/01/2015, apresentado pela firma Alpeso Construções, S.A., adjudicatária da empreitada mencionada em título, e aos motivos indicados, refere-se o seguinte:

- A empreitada foi consignada em 21/01/2013, pelo prazo de 10 meses (novembro de 2013), sendo a entidade executante já nessa data conhecedor dos projetos e das condicionantes da obra;
- A obra foi alvo de quatro prorrogações legais de 180 dias, 120 dias, 70 dias e 50 dias, respetivamente, ficando o novo prazo de conclusão para o dia 19/01/2015;
- A entidade executante continua a justificar o atraso nos trabalhos com a impossibilidade de os executar de acordo com o faseamento da obra, conforme previsto na memória descritiva, argumento que não se aceita, uma vez que esse documento é da sua autoria. A execução dos blocos 1 e 2 ao mesmo tempo só teria sido possível se tivessem sido criadas condições para a mudança da cozinha e refeitório para o bloco 3, aquando no início das aulas nesse bloco. Consideramos que o empreiteiro não criou atempadamente essas condições;
- O faseamento da obra foi o possível devido à evolução da execução dos trabalhos da obra e ao normal funcionamento do espaço escolar, com aulas a decorrer durante a realização da obra;
- Nesta fase final dos trabalhos, verifica-se que a humidade do ar existente continua a condicionar a boa execução dos pavimentos em madeira e que os trabalhos no exterior não tiveram o desenvolvimento desejável pela falta de condições climatéricas adequadas;

- O pedido de esclarecimento referido no último ponto deveria ter sido apresentado mais cedo, pelo que não é por si motivo para atraso nos trabalhos;

Desta forma propõem-se, que seja concedida a prorrogação solicitada pela entidade executante, no interesse da rápida conclusão dos trabalhos, de 48 dias de prorrogação legal, ficando a data de conclusão da empreitada para o dia 6 de março de 2015.

Deve a entidade executante corrigir o cronograma financeiro apresentado, conforme valores realizados e por realizar.»

- A Câmara deliberou, por unanimidade, conceder a prorrogação de prazo, de acordo com a informação da Técnica.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

14128/14 – BENEFICIAÇÃO DO RECINTO DESPORTIVO DA URBANIZAÇÃO DO PINHAL DA LAMEIRA - LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Do Assistente Técnico, Guilherme Monteiro, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a informação que a seguir se transcreve, referente à empreitada da “Beneficiação do Recinto Desportivo da Urbanização do Pinhal da Lameira”, na sequência de um pedido de libertação da caução, da Firma adjudicatária António Rodrigues Capela & Filhos, Lda.

A SABER:

«Para os devidos efeitos, cumpre a DGUO informar V. Ex.^a, que tendo sido efetuada a receção definitiva da empreitada mencionada em epígrafe, no dia 18 de novembro de 2014, é parecer destes Serviços que poderá a Exma. Câmara autorizar a libertação da caução pela execução da obra, mediante guia de depósito obrigatório n.º 0144015350450 (cópia em anexo), no valor de 435,98€ (quatrocentos e trinta e cinco euros e noventa e oito cêntimos), correspondente a 5% do valor total da adjudicação, efetuada a favor deste município na Caixa Geral de Depósitos, S.A., datado de 08 de julho de 2009.

Para acautelar eventuais situações de retenções de valores para reforço de caução efetuadas nos pagamentos durante a execução da empreitada, sugere-se, antes de tomada de decisão, que o processo seja informado pela Contabilidade, no sentido de identificar quais os valores em causa.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, autorizar a libertação da caução, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

14129/14 – PAVIMENTAÇÃO DE ARRUAMENTOS E ESTACIONAMENTOS – RUA DUQUE DE SALDANHA, ESTACIONAMENTOS DA IGREJA NOSSA SENHORA DE FÁTIMA, ESTACIONAMENTO NA RUA NATÁLIA CORREIA E RUA DR. COSTA MACHADO - LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Do Assistente Técnico, Guilherme Monteiro, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a informação que a seguir se transcreve, referente à empreitada da “Pavimentação de Arruamentos e Estacionamentos – Rua Duque de Saldanha, Estacionamentos da Igreja Nossa Senhora de Fátima, Estacionamentos na Rua Natália Correia e Rua Dr. Costa Machado”, na sequência de um pedido de libertação da caução, da Firma adjudicatária António Rodrigues Capela & Filhos, Lda.

A SABER:

«Serve a presente para informar V. Exa., que na sequência da receção definitiva da empreitada mencionada em epígrafe, efetuada no dia 18 de novembro de 2014, poderá a garantia bancária prestada pela execução dos trabalhos ser cancelada.

Assim, é parecer destes Serviços que deverá a Exma. Câmara autorizar a libertação da caução pela execução da obra, mediante retenção de 5% do valor total dos autos de medição, efetuada pelos Serviços da Contabilidade nos pagamentos, correspondente ao valor de 1478,62€ (mil quatrocentos e setenta e oito euros e sessenta e dois cêntimos), conforme cópia dos documentos em anexo.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, autorizar a libertação da caução, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

15764/14 – REMODELAÇÃO DE IP DA ZONA NORTE – RUA DR. MIGUEL BOMBARDA - LIBERTAÇÃO DE CAUÇÃO

- Do Assistente Técnico, Guilherme Monteiro, da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a informação que a seguir se transcreve, referente à empreitada da “Remodelação de IP da Zona Norte – Rua Dr. Miguel Bombarda”, na sequência de um pedido de libertação da caução, da Firma adjudicatária Electro Ventil – Elect Mecânica e Ventilação de Tomar, Lda.

A SABER:

«Serve a presente para informar V. Exa., que na sequência da receção definitiva da empreitada mencionada em epígrafe, efetuada no dia 25 de novembro de 2014, poderá a caução prestada pela execução dos trabalhos ser cancelada.

Assim, deverá a Exma. Câmara autorizar a libertação da caução pela execução da obra, mediante retenção de 10% do valor total dos trabalhos realizados, efetuada pelos Serviços da Contabilidade nos pagamentos, correspondente ao valor de 2 245,15€ (dois mil quatrocentos e quarenta e cinco euros e quinze cêntimos), conforme cópia do documento em anexo.»

- A Câmara, deliberou, por unanimidade, autorizar a libertação da caução, de acordo com esta informação.

- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

OBRAS PARTICULARES

655/15 – RMUE – REGULAMENTO MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO E EDIFICAÇÃO DO CONCELHO DO ENTRONCAMENTO – ATUALIZAÇÃO DA TABELA DE TAXAS

- Da Divisão de Gestão Urbanística e Obras, foi presente a seguinte informação referente à Tabela de Taxas para o ano de 2015, anexa ao RMUE - Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento:

“Conforme previsto no artigo 29.º do RMUE as taxas de licenças previstas na tabela são automaticamente atualizadas todos os anos, mediante a aplicação do índice de preços ao consumidor publicado, pelo Instituto Nacional de Estatística e relativo aos 12 meses do ano anterior.

Atento o índice de preços de 2014 (INE) que foi negativo -0,36%, propõe-se manter inalterado o valor das taxas aplicadas em 2014. Assim, a tabela em vigor manter-se-á para o ano de 2015, conforme tabela anexa.»

O Sr. Vereador Carlos Matias, leu a seguinte intervenção:

«O princípio seguido é o da atualização das taxas segundo a inflação prevista. Havendo uma evolução negativa, as taxas deveriam baixar. No entanto, dada a irrelevância dos valores em causa, aceito como razoável a opção de manter a tabela de taxas. Portanto, votarei favoravelmente esta proposta, assim como, mais adiante nesta reunião, a nova tabela associada ao Regulamento Municipal de Urbanização e Edificação do Concelho do Entroncamento.»

- A Câmara, deliberou por unanimidade, manter a tabela de taxas em vigor em 2014.
- Esta deliberação foi aprovada em minuta, para produzir efeitos imediatos.

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

ENCERRAMENTO DE REUNIÃO

- E nada mais havendo a tratar o Excelentíssimo Presidente deu por encerrada a reunião, da qual, para constar, se lavrou a presente ata.
- E eu, _____, Assistente Técnica na Secção da Secretaria Geral e de Apoio aos Órgãos Autárquicos, a redigi, subscrevo e vou assinar, juntamente com o Excelentíssimo Presidente.